



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005039-87.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Segismundo Silva Mendonça**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que há anos faz uso dos serviços de telefonia prestados pela ré, tendo recebido dela a informação de que procederia à substituição da tecnologia de sua linha.

Alegou ainda que isso efetivamente aconteceu, mas a nova tecnologia não funcionou, de sorte que não obstante as inúmeras tentativas que realizou para que a situação se normalizasse permanece ainda sem acesso a ligações telefônicas.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento porque a realização de perícia é prescindível à solução do litígio como adiante se verá.

Rejeito-a, pois.

No mérito, é incontroverso que sucedeu a troca de tecnologia da linha telefônica utilizada pelo autor, passando da WLL para a FWT.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A divergência que se coloca consiste em saber se a nova tecnologia tem funcionado regularmente, pois enquanto o autor sustenta que isso não acontece, permanecendo sem condições de utilizar sua linha telefônica, argumenta a ré que a linha está em perfeito funcionamento.

Diante desse impasse, foi expedido mandado de constatação cumprido por Oficial de Justiça, o qual prestigiu as palavras do autor.

Observa-se pela certidão de fl. 125 que a linha telefônica do autor não está funcionando e nem mesmo a tentativa de efetuar junto à mesma uma ligação foi possível porque ela permanecia muda, sem sinal algum.

Tal dado contraria a explicação da ré, valendo registrar que ela a fls. 128/129 apresentou hipóteses que poderiam justificar o status quo sem que um único elemento concreto fosse amealhado para ao menos conferir verossimilhança a qualquer delas.

A conjugação desses dados aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária conduz ao acolhimento da pretensão deduzida para que seja a ré condenada ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em restabelecer o normal funcionamento da linha telefônica do autor.

De igual modo, e à míngua de comprovação de que nos meses de agosto e setembro de 2014 o autor fez uso da linha apurada como inoperante, nada justifica o recebimento de valores pela ré para a contrapartida de serviço não prestado.

Impõe-se bem por isso a restituição da quantia de R\$ 53,97, mas ela não se fará não em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Por fim, entendo que os danos morais causados ao autor estão configurados.

O problema trazido à colação arrasta-se há espaço de tempo significativo mesmo diante das incessantes tentativas do autor para sua solução (anoto por oportuno que a petição foi instruída por documentação que elenca os protocolos dos contatos havidos junto à ré sem que a situação fosse resolvida e ela em momento algum refutou que isso tivesse acontecido).

Evidencia-se em consequência que ao menos no caso do autor a ré não lhe dispensou o tratamento que seria exigível, não se podendo também olvidar a importância que os serviços de telefonia assumiram nos dias de hoje.

Ao ser privado deles, portanto, o autor sofreu abalo de vulto que foi muito além do mero dissabor inerente à vida cotidiana e ficou afetado como de resto ficaria qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É o que basta para a configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré (1) ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em restabelecer o normal funcionamento da linha telefônica do autor em dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 até o limite de R\$ 5.000,00; (2) a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação; (3) a pagar ao autor a quantia de R\$ 53,97, acrescida de correção monetária, a partir do respectivo desembolso, e de juros de mora, contados da citação.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento dessa obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Caso a ré não efetue o pagamento das importâncias fixadas nos itens 2 e 3 em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 15 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**